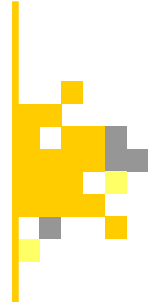


ENTREVISTA

Luiz Carlos Garcia (Doutor em Direito, Professor, Universidade Federal do Tocantins)



Sobre o entrevistado

Professor de Direito Privado junto a Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Mestre em Engenharia Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto.

Pós-graduado em Direito Administrativo e Financeiro e em Direito Ambiental pela Intervale. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Foi professor nas instituições Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC/Itabirito.

Professor substituto no Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. Coordenador de Extensão da UNIPAC/Itabirito. Atuou como professor substituto de direito privado junto a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

Atuou como professor de Direito público junto a Faculdade de Direito do Leste de Minas - FADILESTE.

Desenvolve trabalhos na prática extensionista, orientação de iniciação científica e monografia de conclusão de curso. Com área de estudos direcionada para as temáticas de diversidade, em especial de gênero e sexual.

ORCID: 0009-0005-0311-3849

E-mail: luizcg.dir@gmail.com

1. No que se refere aos Direitos Humanos no contexto brasileiro, quais seriam os avanços e retrocessos ocorridos neste século XXI?

Luiz Carlos Garcia – Bem, uma das características dos Direitos Humanos é a historicidade. São direitos que são construídos e pensados ao longo do processo histórico. Logo, sofrem influência do contexto e das mudanças que a sociedade sofre, devendo manter pilares de proteção às pessoas sempre muito firmes. Isso é interessante, pois permite a interpretação de tais direitos de acordo com o momento vivido e não apenas na literalidade das normas, tratados, etc.

No Brasil, como em todos os países que não são ricos, os Direitos Humanos, a meu ver, acabam por viver como um “remédio” para situações agudas de violação. Explico: as questões estruturais dos países pobres acabam por configurar violações sistêmicas e diárias aos Direitos Humanos da população. A situação de vulnerabilidade social – em um sistema capitalista como o nosso – promove a violação de preceitos básicos, como liberdade e dignidade. Então, acabamos por buscar a salvaguarda dessa proteção para situações agudas e pontuais. Pois, o cenário nacional é de constante violação.

Se formos analisar o contexto atual, não tenho dúvidas que a percepção da população, os discursos sociais e políticos retrocederam muito no que diz respeito a promoção dos Direitos Humanos. É importante pontuar que quando se fala em Direitos Humanos, a dimensão jurídica não é igual a outros direitos – como o civil, penal,

administrativo. Estamos diante de uma tábua axiológica, um modo e mandamento interpretativo para todo o Direito, para todas as normas. E além disso uma diretriz para o Estado e a sociedade no que tange a forma de entender as pessoas e de promovê-las. Inquestionavelmente os discursos, defesas de boa parte da população e do nosso Congresso Nacional, por exemplo, caminham no sentido contrário a da promoção das pessoas. É corriqueiro ouvir-se mandamentos de ódio e violência contra determinados grupos sociais, bem como no sentido de manutenção de status de marginalização e miséria.

Por outro lado, é inegável que principalmente em relação às questões identitárias – sexuais, gênero, étnico raciais, dentre outras – o debate evoluiu e também ocorreram ganhos concretos, tanto em produção normativa quanto em espaço institucional. Entendo que hoje, há mais pessoas em instituições de poder que acreditam e defendem a promoção de grupos marginalizados em prol da busca por uma sociedade mais igualitária. E as pessoas têm olhado para tais temas e buscando compreender mais. Então para além de conquistas concretas, tais como o casamento igualitário, a criminalização da homofobia, políticas públicas de melhora da condição de vida da população – variando de acordo com o governo em questão – a percepção de parte da população sobre os Direitos Humanos e sua prática melhorou.

2. No campo acadêmico nacional, como os princípios basilares dos Direitos Humanos vem ocupando espaço na produção do conhecimento?

LCG – Sou fruto da educação pública. Tenho o enorme privilégio de estar em universidades públicas – federais, estaduais, institutos – desde a graduação. Como professor, acredito na educação como única e real forma de tornar as pessoas livres e melhores. E acredito que a universidade pública brasileira tem se desdobrado para ser esse espaço de construção/desconstrução/reconstrução de ideias e paradigmas. Mas há muitas questões quando analisamos as

universidades em geral tendo como lente a presença dos princípios de Direitos Humanos na formação das pessoas. Passo a falar melhor sobre em seguida.

Infelizmente, vimos uma verdadeira cruzada contra as instituições públicas de ensino ser realizada nos últimos anos no Brasil. Isso claro, somado ao negacionismo científico que também foi promovido, tanto por autoridades estatais quanto por pessoas com projeção em mídias digitais. E um dos aspectos apontados nesse processo é que “se a universidade se ocupasse de ensinar não estariam reclamando”. Chamo a atenção para isso exatamente pelo fato que, tal discurso é extremamente deletério para a concepção do que é universidade e para toda sua ação enquanto espaço de construção de conhecimento. Compreender a universidade exclusivamente como lócus de formação de mão de obra é diminuir seu potencial e reduzir seu papel na sociedade. E claro isso não é algo aleatório. Essa percepção atende a uma série de interesses daqueles que ganham com a desinformação, com uma população não formada e sem qualquer preparo para reivindicar. Ter um trabalhador com qualidade funcional e acrítico é um projeto de poder!

Esse primeiro aspecto apontado acaba por ser também internalizado por muitos docentes. Alguns que realmente acreditam que a universidade é apenas um espaço de debate técnico e outros que acabam por não querer enfrentar as possíveis consequências, vindas de alunos/alunas, colegas, etc. Afinal, com uma conjuntura de violência contra as instituições de ensino, não dá para exigir que o docente se exponha. Isso acaba por gerar uma situação final onde de fato muitos profissionais restringem-se a passar em sala de aula e nas ações em geral o viés técnico de formação, sem problematizações. Ressalte-se que não estamos aqui retirando a importância da formação técnica de acordo com a área. O aluno e a aluna vão para a universidade em busca de uma profissão e precisa sair dela preparado/preparada para exercê-la. Inclusive como fator de mudança social dessa pessoa muitas

vezes de sua família. Quando tratamos de alunos e alunas de extratos sociais menos favorecidos.

Entretanto, é possível que essa formação – mesmo no prisma profissionalizante – seja conduzida de forma a se basear em valores sociais, de promoção e respeito às pessoas, com sustentabilidade ambiental, promovendo a diversidade e o pluralismo, ou seja, de acordo com os Direitos Humanos. Isso pode ser ilustrado com a discussão travada em um curso de engenharia civil ou arquitetura de como o uso de determinado material que possui características específicas, impacta na natureza. Ou ao analisar os aspectos de um contrato na formação jurídica, pensar sua função social.

Em outro cenário, e nesse caso extrapolando a formação técnica, é também função da universidade o preparo em sentido crítico, elevando a capacidade da comunidade acadêmica em identificar, problematizar e propor soluções para fenômenos reais vividos na sociedade. Estamos falando sim de cidadania, de exercício efetivo da democracia e de vivência concreta enquanto pessoas que são parte de um corpo social complexo e com muitos problemas. Qual a dúvida que, no cenário nacional e internacional atual, toda e qualquer formação superior precisa discutir temas como diversidade e inclusão, questões climáticas e ambientais em geral, problemas urbanos e mais uma infinidade de outros assuntos que permeiam toda e qualquer área de conhecimento. Portanto, os temas transversais são uma necessidade dentro da universidade. Em todas as suas ações e vertentes de atuação.

Acredito que haja uma preocupação com uma formação direcionada e vocacionada aos Direitos Humanos. Mas ainda com muita defasagem para que o profissional/cidadão que sai da universidade tenha uma compreensão adequada do tema e sua relevância. Orientei há alguns anos atrás uma iniciação científica que analisou grades curriculares de cursos de Direito de instituições públicas. E a absoluta maioria não possuía disciplinas que coadunam com uma formação direcionada aos Direitos Humanos. E

acredito – não realizei tal estudo, mas é uma especulação da minha vivência acadêmica e do contato com colegas de outras áreas – que a maioria não possua em suas grades curriculares disciplinas que tratem de temas alinhados com a questão. Um exemplo que considero crucial são as licenciaturas. Estamos formando professores e professoras com uma visão de Direitos Humanos? Afinal, se são essas pessoas que formarão crianças e adolescentes, é fundamental que em sua formação haja dispositivos – disciplinares e não disciplinares – que promova uma cultura de Direitos Humanos.

3. Sabemos que o avanço do pensamento conservador e/ou de extrema-direita questiona/nega a validade das políticas públicas que buscam ampliar os Direitos Humanos. A partir dessa premissa, podemos entender que o pensamento democrático vem perdendo espaço no debate político?

LCG – Sem sombra de dúvidas o pensamento conservador sofreu uma guinada nos últimos anos, no Brasil e no mundo. Isso levou em diversos países que lideranças de extrema-direita chegassem ao poder ou ficassem muito próximo disso. Vimos isso ocorrer no Brasil e Argentina, por exemplo. Além da aproximação de políticos latino-americanos e lideranças conservadoras do cone norte. De modo não só a pôr em xeque a noção de Direitos Humanos – sabemos que não há por essas pessoas em regra um compromisso, muito pelo contrário – mas aspectos de soberania, em um movimento extremamente colonialista, marcada por subalternidade.

Mas pensando no Brasil, o que realmente é preocupante na minha percepção é a quantidade de pessoas e a forma que aderiram a esse discurso. São muitas pessoas com discursos, e atitudes inclusive, muito violentos. Isso está nas mídias digitais e também nos espaços físicos. Os casos de racismo explícito aumentaram, manifestações LGBTfóbicas igualmente, violência contra a mulher, ataques a trabalhadores – exemplo dos entregadores de plataformas –

xenofobia e manifestações classistas, além de verdadeira ode a abusos em geral. Como se houvesse um sentimento generalizado de poder fazer; de poder desrespeitar o outro de acordo com valores pessoais e preconceitos estabelecidos socialmente.

Parece-me assustador que, pessoas há alguns anos atrás – e permanecem defendendo isso de maneira direta na atualidade – foram as ruas pedir intervenção militar. Ou seja, usar exatamente a possibilidade de manifestação que é um corolário da ideia de democracia para pedir que a democracia seja extinta e implantado um governo militar. Um governo, portanto, que não passou pelo crivo da opinião pública por meio do voto. Em 2018 foi eleito para a Presidência da República um candidato que a todo tempo deixava – e ainda o faz – claro seu posicionamento anti políticas para Direitos Humanos e sua relação e até admiração pelas ações da Ditadura Militar brasileira que foi um período de violação sistêmica de direitos e liberdades no país. Além de muitos outros candidatos que foram eleitos por se vincularem a ele e a esse mesmo discurso.

Esses mesmos pensamentos que tem como base informações falsas, distorcidas e uma vontade permanente de impor valores e destruir pautas alinhadas com os Direitos Humanos, continuaram a ser mote de diversos discursos políticos e não políticos. Criando um verdadeiro cenário nacional de horror. Culminando inclusive na tentativa de golpe de estado pelo grupo que estava no poder amplamente apoiado por setores da sociedade. O que é facilmente evidenciado pelas manifestações pós eleições, em ruas e acampamentos em portas de quartéis, pedindo a deposição do Presidente eleito. Em completo e total desrespeito ao resultado das eleições e logo da própria ideia de democracia. Frise-se que, não se tratou apenas de uma não satisfação com o candidato eleito, mas de uma verdadeira e real máquina de disseminação de informações questionando as instituições de Estado – não o governo anterior e o governo eleito – mas a própria estrutura das instituições e todos os processos envolvidos, inclusive o eleitoral. A

exemplo da busca por atacar o Supremo Tribunal Federal – STF – e seus ministros e questionar as urnas eletrônicas. E isso está exatamente alinhado com uma total desfaçatez com as garantias pessoais e com as normas postas.

É grave imaginarmos que, há no Brasil uma crença de que não é problemático, que está tudo bem, que as Forças Armadas assumam o poder caso determinado grupo não esteja satisfeito com o resultado das eleições. E que se construa um clima – como me parece que vivemos pós-eleição – de insegurança das instituições de Estado, que garantem que a ordem democrática se mantenha, demonstrando uma fragilidade da nossa democracia gigantesca. E tão grave quanto, como me parece, é o fato que temos uma parcela considerável da população brasileira que adere tranquilamente a esse pensamento de força e violência. Clamam por uma ditadura que já demonstrou na história como age e do que é capaz, exatamente porque tais métodos irão atingir pessoas que elas julgam merecedoras de tal truculência ou no mínimo não ser uma preocupação o seu extermínio.

4. No que se refere aos Direitos Humanos, o campo político da esquerda democrática estaria perdendo espaço para as pautas identitárias (movimento negro, lutas dos povos originários, gênero)? Poderia expor sua compreensão sobre esse processo?

LCG – A política é sempre um campo delicado, principalmente em um país como o Brasil, cuja tradição política ainda é personalista e de manutenção de interesses. Digo isso porque ao final essa forma de fazer política define as pautas que entrarão ou não; as políticas públicas que lograrão êxito ou não. Quando me refiro a ser personalista e de manutenção de interesses me refiro ao fato que, as alianças que são feitas e os discursos obedecem a uma lógica eleitoralista, sem qualquer compromisso final com o impacto para a população.

Absolutamente não deveria ser normal que, um congresso – representando o povo e as

unidades da federação – vote ou não determinados projetos de acordo com interesses meramente partidários ou do grupo que o apoiou financeiramente. Ações que são normais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, como obstrução de pauta ou esvaziamento de sessões, para que a proposta de determinado partido ou do Governo não seja aprovada, simplesmente por ser dele, desconsiderando completamente a população beneficiada, na verdade correspondem a uma distorção do que é representatividade no fenômeno democrático e é deveras perverso com uma população tão carente quanto a nossa.

Um outro fator sobre o qual é impossível não fazer menção nessa questão é o Presidencialismo de Coalizão vivido no Brasil. Essa forma de se fazer política no Brasil que se impõe e sem a qual o mandatário não consegue aprovar absolutamente nada no parlamento, enfraquece todo o cenário político. A troca de favores em prol da governabilidade é usada como instrumento por alas conservadoras para imporem pautas de extremo retrocesso. Esses grupos políticos fazem uma real chantagem junto ao executivo e outros parlamentares, garantindo assim que seus interesses conservadores – que ocorrem como resposta ao seu eleitorado igualmente extremista – sejam garantidos.

Baseado em todos esses elementos expostos, e também nas opções pessoais feitas, afinal não é sinônimo de ser progressista ser de esquerda, considero que a esquerda precisa repensar a forma como vem lidando com as questões identitárias e sociais em geral. Sob o risco de se afastar de uma base social que historicamente caracterizou o movimento da esquerda no Brasil. Note-se que, são exatamente as demandas e questões dessa ordem as primeiras a serem sacrificadas quando se faz necessário barganhar. E essa mesma crítica pode ser feita inclusive aos ativistas e militantes desses movimentos sociais. Que carecem de pensar as formas de atuação e se permanecem fieis aos seus propósitos de forma efetiva.

Por fim dentro desse tema, considero ainda que há uma descrença geral com a política e com a

forma de se fazer política no Brasil. Isso acaba por gerar na população uma insatisfação que a leva a buscar por outras vias chegar a resultados efetivos. Esse processo pode desaguar no fortalecimento de organizações civis, de militância e busca por melhora social. O que de forma alguma é negativo, mas a origem não deveria ser essa. A organização deveria vir pela vontade da população em participar de maneira organizada de sua própria gestão e não por não confiar nos processos de deliberação e ação política. Sem contar que, há sempre o risco de como consequência dessa não confiança se chegar a processos e procedimentos radicais.

5. Em relação a América Latina, como você percebe as pautas de Direitos Humanos? Estaríamos num mesmo processo de descrédito ou de negacionismo desses mesmos Direitos?

LCG – A América Latina é com certeza um bloco de imensa riqueza em variados aspectos e também de gigantesca complexidade sociocultural. Infelizmente herdamos e vivemos ainda muito fortemente os valores passados pelo processo colonial. Essa relação de mando, de subserviência e outras características mais ainda é presente na cultura brasileira. E quando falo de subserviência me refiro a permanecer considerando, por exemplo, que o que se produz em termo de cultura na Europa e América do Norte é necessariamente superior ao Brasil e países latinos.

Tenho a sensação inclusive que este colonialismo/neocolonialismo – que permanece sendo alimentado por questões óbvias de poder e domínio financeiro – é também um fator de exasperação de todos os preconceitos e razões de marginalização. Digo isso, pois, essa cultura colonial coloca o latino americano reiteradamente como alguém inferior. Um verdadeiro lombrosismo aplicado por razão de nacionalidade. E assim nos vemos e enxergamos o outro. A partir disso, o negro brasileiro é pior que o estadunidense. O gay daqui concentra características piores que o europeu. A mulher

latina é mais vulgar que a canadense. Percebiam, estamos diante dos mesmos preconceitos – oriundos do machismo e da estrutura social patriarcal historicamente construída – porém potencializados por uma compreensão de si e dos outros de forma ainda mais pejorativa. Isso faz com que a vivência e a compreensão dos Direitos Humanos se dê de forma piorada e ainda mais estigmatizante que em outros espaços do globo.

Dessa forma, as pautas de Direitos Humanos na América Latina já padecem de uma dupla perseguição: ser uma defesa anti-sistema – como no restante do mundo – e ser na América Latina. Para, além disso, não podemos olvidar que as pautas de Direitos Humanos atacam o poder constituído na sociedade. Desconheço alguma defesa nessa seara que não trate de tema que tem íntima e direta relação com algum exercício de poder, seja ele direto ou indireto. Visualizamos isso nas demandas ambientais, onde a luta para defender o meio ambiente – em sentido lato, envolvendo a natureza, o meio urbano, o ambiente do trabalho e claro a interação com o ser humano – se trava contra o capital agrário e os políticos da chamada bancada ruralista. Que insistem em ignorar os estudos e os fatos para continuar colocando suas fortunas acima da vida dos outros e da sustentabilidade do planeta. Ou a luta por moradia que tem ocorrido desaguando em ocupações urbanas nas grandes cidades. Que enfrenta a especulação imobiliária com diversos imóveis vazios e abandonados nos grandes centros. Que são mantidos por incorporadoras para vender mais caro. Portanto, as pautas de Direitos humanos estão sempre na contramão do exercício posto de poder.

Não se pode também deixar de mencionar as violações de Direitos Humanos que ocorrem com perseguições políticas e alta impunidade do grupo no poder em alguns países. Migração forçada em razão de verdadeiras guerras civis que além da violência gera uma situação de miséria generalizada para a população como é o caso do Haiti, Nicarágua e em alguma medida a Venezuela. Esclareço que absolutamente não retiro aqui a culpa de agentes externos, como organismos

internacionais comandados exatamente por potências colonizadoras que acabam por patrocinar e gerar parte dessas situações. Junto a lideranças corruptas e que desprezam os Direitos Humanos nas localidades. Esses são casos extremos de violação de Direitos Humanos que ultrapassam a questão de como pautas são tratadas. Trata-se de verdadeiro genocídio praticado contra povos latino-americanos perpetrado por lideranças políticas e em alguns casos religiosas, em razão de poder e dinheiro.

Retornando especificamente as pautas de Direitos Humanos no geral, há ainda na América Latina o fenômeno religioso que vem agindo de forma muito deletéria. Não podemos negar que diversas igrejas – chamo a atenção para as missões católicas que ocorrem há muito tempo – e que ajudam de forma intensa as pessoas em situação de vulnerabilidade. Porém, quando tratamos de pautas de Direitos Humanos com caráter progressista, o que temos acompanhado é uma verdadeira guerra para travar e obstar qualquer avanço nesse sentido. O Brasil ilustra isso bem com a famigerada bancada religiosa que além de boicotar questões no Congresso Nacional possui um discurso extremamente agressivo e violento, por exemplo contra a população LGBT+. Estamos falando de discurso de ódio que para além da perspectiva legal – LGBTfobia é crime de racismo no Brasil – incentiva e valida condutas violentas contra essa população. Podemos citar ainda as questões relativas ao debate sobre a descriminalização do aborto seguro que também são bombardeadas de desinformação de uma radicalização religiosa que leva a morte de milhares de mulheres. Ou seja, o poder do discurso religioso acaba por enfraquecer e até “criminalizar” pautas de Direitos Humanos. O Peru recentemente passou a considerar a transexualidade como doença mental, elegível para tratamento. Isso na contramão da Organização Mundial da Saúde e de diversas legislações internacionais. Então há sim uma realidade de retrocesso quanto às pautas de direitos humanos na América Latina.

Podemos sim afirmar que ocorreram avanços. Entretanto, ocorreu também uma resposta conservadora contrária ao que foi conquistado. Tivemos a aprovação de legislações que garantem o aborto seguro no Uruguai e Argentina – mas a Argentina também elegeu um Presidente com discurso conservador e medidas condizentes com isso. A Suprema Corte do México decidiu pela não criminalização de mulheres que praticam aborto no primeiro trimestre da gravidez. Na Colômbia o casamento entre pessoas do mesmo sexo é legalizado desde 2016. A Corte Interamericana de Direitos Humanos exarou uma decisão em consulta realizada pela República da Costa Rica – Opinião Consultiva nº 24 – onde reconhece os direitos de pessoas transexuais. Aqui no Brasil tivemos diversas decisões do Supremo Tribunal Federal que repercutiram diretamente nos direitos identitários de pessoas LGBTQ+. A equiparação da união estável homoafetiva a heteroafetiva e posterior possibilidade do casamento entre pares homossexuais pelo Conselho Nacional de Justiça – Resolução 175 do CNJ. A possibilidade de retificação de nome por pessoas transexuais sem a necessidade de intervenção médica. A criminalização da LGBTQfobia enquanto crime de racismo. Então é fato que as pautas de Direitos Humanos ganharam visibilidade e tiveram avanços na última década. Repiso, ao mesmo tempo os discursos conservadores, de negação de direitos também aumentaram e ganharam espaço.

Há uma tensão social muito clara. E com manifestações de violência ocorrendo que me assustam. Quando me refiro a manifestações de violência falo dos reiterados casos de agressões físicas e verbais que tem ocorrido contra pessoas que defendem pautas de Direitos Humanos e se manifestam de maneira progressista de forma geral. E a tensão está exatamente no fato que, da mesma forma que todas as conquistas e todo o trabalho historicamente realizado – de lutas e de construção de conhecimento sobre temas sociais relevantes – geraram um verdadeiro empoderamento de grupos antes sufocados. Estou falando de mais liberdade para pessoas LGBTQ+ se

manifestarem, demonstrarem suas identidades e afetos. De mulheres denunciarem mais os abusos e violências. De pessoas pretas se sentirem bem na vivência de suas etnias e da cultura dos seus. De pessoas com deficiência assumirem mais espaços. Ou seja, há uma tomada de si e lugares por esses grupos que antes viviam a margem. E que deixam claro o tempo todo que não estão dispostos a abrir mão disso. Da mesma forma que há manifestações contrárias ocorrendo de forma intensa. Como se literalmente muitas pessoas tivessem “perdido” o pudor em ser machista, homofóbico, racista, capacitista e de destilar o seu ódio por tudo e todos que são diferentes deles. Portanto, essa tensão está o tempo todo ocorrendo. Talvez seja parte do processo de evolução vivido – com a ressalva da forma sempre pendular, que vai e volta, da humanidade em sua experiência social.

Considero que o que é fundamental é estarmos sempre atentos e atentas. Em verdadeira vigília. Pois não há garantias quando falamos de conquistas na seara social. Sempre é possível perdas e retrocessos. Como eternizado por Bertoldt Brecht, “a cadela do fascismo está sempre no cio” e os conservadores a espreita para na menor oportunidade atacar e destruir o que foi conquistado. Mas tenho a certeza que muitas pessoas estão dispostas a lutar – como tantas outras fizeram no passado – e não permitiremos que nos mandem novamente para “os armários” da história.

Entrevistadores:

José Renato Ferraz da Silveira e
George Leonardo Seabra Coelho